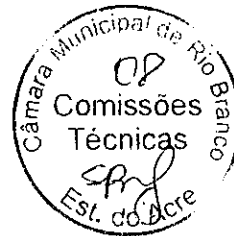





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – ACRE
Comissões Técnicas



DESPACHO

Consoante dispõe o artigo 63 do Regimento Interno, reservo-me a relatoria do Projeto de Lei nº 51/2019.

Rio Branco/AC, 23 de outubro de 2019.


Vereador Rodrigo Forneck
Presidente da CCJRF

PARECER Nº 102/2019/CCJRF

Projeto de Lei nº 51/2019
Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

I - RELATÓRIO

Trata-se de parecer acerca da legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei nº 51/2019, de iniciativa do Vereador Mamed Dankar, que tem como objetivo conceder o Título de Cidadão Verde ao Senhor Gomercindo Clovis Garcia Rodrigues.

Projeto de Lei juntado à fl. 02 e justificativa da propositura às fls. 03/04, despacho da Diretoria Legislativa à fl. 05.

É o necessário a relatar.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto de lei se enquadra nas autorizações para legislar franqueadas aos Municípios, de acordo com o que dispõe o art. 30, I, da Constituição, por se tratar de matéria de interesse local.

Não há vício de iniciativa, pois a matéria em questão não se enquadra nos arts. 36 e 58 da Lei Orgânica, podendo a iniciativa legislativa dar por meio de qualquer vereador e até mesmo por iniciativa popular.

O fundamento para a concessão do título de cidadão verde é o art. 1º da Lei municipal n. 1.086, de 24 de maio de 1993, a saber:

Art. 1º - Fica instituído o título de cidadão Verde que será conferido àqueles que tenham se distinguido por sua contribuição à defesa e à preservação ecológica.

Para a concessão de tal honraria, há ainda que se atentar para os princípios gerais que regem a administração pública, insculpido no art. 37 da Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

Assim, em consonância com os princípios da impessoalidade e da moralidade, é imperioso afirmar que a concessão do título de cidadão verde deve ter sua finalidade cumprida, qual seja, homenagear determinado cidadão pela exemplar atuação a favor da preservação do meio ambiente.

O currículo do homenageado demonstra sua identificação e preocupação com o meio ambiente, pois desempenhou diversos trabalhos de notável relevância para o setor extrativista no Acre, auxiliou na fundação da cooperativa agroextrativista da região e participou ativamente na defesa do uso sustentável da matéria prima oriunda da

"Valorize a vida, não use drogas"



**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
COMISSÕES TÉCNICAS**



floresta para a subsistência da classe de seringueiros, além disto, ministrou palestras sobre o meio ambiente em escolas buscando conscientizar a população par ao desenvolvimento sustentável dos recursos naturais. Como se nota, estão atendidos os requisitos indispensáveis para a concessão do título, conforme Lei municipal n. 1.086/1993.

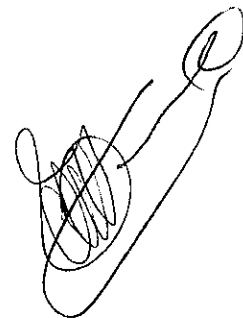
Com estas razões, manifesto meu voto.

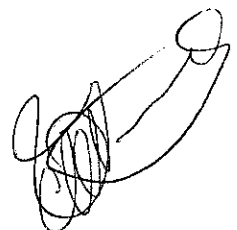
III - VOTO

Ante o exposto, voto pela aprovação integral do Projeto de Lei nº 51/2019.
Submeto aos demais pares.

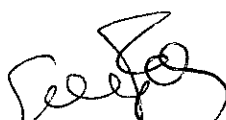
Rio Branco/AC, 23 de Setembro de 2019.


Vereador Rodrigo Forneck
Relator





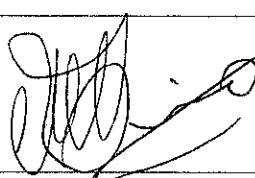








TERMO DE VOTAÇÃO NOMINAL
PARECER N° 102/2019/CCJRF

PARLAMENTAR	VOTO	ASSINATURA
Vereadora Elzinha Mendonça Membro Titular	<i>Pelas conclusões</i>	
Vereador Eduardo Farias Membro Titular	<i>pb conclusões</i>	
Vereador N. Lima Membro Titular	<i>pb pelas conclusões</i>	
Vereador Artêmio Costa Membro Titular	<i>Pelas conclusões</i>	<i>M. A. Costa</i>
Vereador Jakson Ramos Membro Suplente	_____	_____
Vereador Célio Gadelha Membro Suplente	_____	_____

CERTIDÃO

Certifico que o Projeto de Lei nº 51/2019 foi aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final – CCJRF, em reunião conjunta extraordinária realizada no dia 23 de outubro, presidida pelo Vereador Rodrigo Forneck, presentes ainda os Vereadores Elzinha Mendonça, N. Lima, Artêmio Costa e Eduardo Farias.

É a verdade que certifico.

Rio Branco/AC, 25 de outubro de 2019.



Erivelto Freitas da Silva

Chefe em exercício – Setor de Comissões Técnicas
Matrícula 11.302

DESPACHO

Consoante dispõe o artigo 79 do Regimento Interno, exaurida a tramitação no âmbito das Comissões Técnicas, remeto o Projeto de Lei nº 51/2019 e seu respectivo parecer com votos à Mesa Diretora para inclusão na Ordem do Dia.

À Diretoria Legislativa.

Rio Branco/AC, 25 de outubro de 2019.



Erivelto Freitas da Silva

Chefe em exercício – Setor de Comissões Técnicas
Matrícula 11.302

ACUSO RECEBIMENTO, em
____/____/2019.

Diretoria Legislativa